



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Figueiredo Lowande, Walter Francisco

SOUZA, Ricardo Luiz de. Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre
Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo
Horizonte: Autêntica, 2007, 232 pp.

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 2, marzo, 2009, pp. 239-244

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769322013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 232 pp.

Walter Francisco Figueiredo Lowande

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
wartelowande@yahoo.com.br
Rua Salomão de Vasconcelos, 96 - Chácara
Mariana - MG
35420-000

Palavras-chave

Modernidade; Tradição; Identidade nacional.

Keyword

Modernity; Tradition; National identity.

239

Enviado em: 23/11/2008

Aprovado em: 09/01/2009

Fruto da Tese de Doutorado defendida por Ricardo Luiz de Souza, em 2006, no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais e sob orientação de José Carlos Reis, percebe-se que o livro *Identidade nacional e modernidade brasileira* parte da mesma premissa que guiou a feitura de *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (Reis, 2007). Trata-se de compreender um conjunto de obras preocupadas em fornecer grandes interpretações do Brasil, esforço que possibilitaria o desvendamento da lógica que as perpassa. Se, no caso de José Carlos Reis, podemos depreender que tal lógica refere-se, *grosso modo*, a um posicionamento a favor ou contra a colonização portuguesa, o livro ora resenhado é o diálogo “indireto” entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, em torno de conceitos como identidade nacional, modernidade e tradição, que enlaça as clássicas obras desses autores.

Ao se atribuir um sentido a um conjunto de obras que as perpassa e que vai além do significado individual, “imanente” a cada uma delas, dotando-lhes, assim, de uma linha comum que as atravessa e que nos permite supor uma evolução discursiva da qual participam os autores selecionados, corre-se o risco de simplificar uma realidade de produção textual mais complexa. Com tal afirmação, não pretendo negar a importância deste tipo de análise, sem a qual não se pode conhecer o conjunto dos efeitos que podem ser produzidos pela linguagem escrita numa configuração sócio-histórico-cultural específica. No entanto, num esforço de análise assim conduzido, deve haver um especial cuidado a fim de não se subjugar o que uma obra tem de peculiar. Um exemplo disso é o já citado trabalho de José Carlos Reis, no qual este autor se preocupa mais com o enquadramento de Gilberto Freyre numa tradição de “elogio da colonização portuguesa” do que com a realização de uma análise mais aprofundada do conjunto de sua obra. Isso o leva, a meu ver, a enfatizar a idéia de que o ensaísta pernambucano teria construído uma imagem idílica da colonização portuguesa, interpretação que não pode ser estendida a toda sua obra. Como já foi notado por alguns autores (Viana, 2001; Rocha, 2001; Paoli, 2003; Araújo, 1994; Souza, 2000), *Casa-Grande & Senzala* dispõe de vários elementos que mostram justamente o contrário, ou seja, mostra uma dominação por vezes cruel do senhor sobre seus escravos, uma proximidade que não se dá, no geral, de forma afável.

A opção de Ricardo Luiz de Souza, no entanto, encontra-se fortemente embasada por uma perspectiva que analisa cada autor e cada obra em seus mais amplos aspectos: são tratados os traços psicológicos e biográficos, os contextos histórico, social, econômico e cultural e as relações intelectuais e institucionais, sendo as obras tomadas de maneira bastante ampla, o que permite que Souza relativize as eventuais simplificações. As influências são devidamente pesadas e o diálogo entre os autores não se dá de forma mecânica: talvez o maior laço entre eles, além da temática abordada, seja a veia ensaística. Enfim, em *Identidade nacional e modernidade brasileira*, os debates acerca da construção da identidade nacional e da modernidade a partir dos autores escolhidos

são tratados com grande responsabilidade.

No capítulo introdutório, Souza demonstra um esmerado cuidado na definição dos conceitos que nortearão seu trabalho e na escolha do método, que possibilitará a compreensão dos autores através do diálogo que eles travam entre si. Cada obra merecerá um capítulo específico adiante, no qual os conceitos bem definidos da introdução servirão como ponto de partida para suas análises.

Para Souza, as identidades nacionais são construídas. Um “povo”, conceito que “sinaliza a existência de um substrato comum, entre os membros de determinadas populações, que tende a ganhar força simbólica e discursiva com base na representação de identidades nacionais prenhes de significados comuns” (pp. 23-24), buscara uma estabilização através da construção de uma identidade nacional. Esta, que fique bem entendido, não é a mesma coisa que o citado “substrato comum”, algo que parece existir, a partir do que se depreende do argumento do autor, de forma dispersa, levemente sentida, ou seja, um fenômeno do qual ainda não se tomou coletivamente consciência, mas que proporciona uma certa ligação entre os indivíduos. Desta forma, a identidade, uma espécie de construto *a posteriori*, não reflete “de forma mecânica e integral”, segundo o autor, os indivíduos que discursivamente representa; nasce de interesses advindos dos setores dominantes; é moldada em interação à alteridade, não existindo um “outro” absoluto e homogêneo; obscurece heterogeneidades e conflitos; não é estática; e, por fim, é uma construção discursiva, que nasce “de uma imagem construída, não-verificável e não empiricamente demonstrável” (p. 25).

Esta “identidade nacional”, inspirada em Norbert Elias e no conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, seria estruturada pela tradição. De acordo com Souza, a tradição é corporificada em símbolos, que são coisas retiradas da “esfera mundana” e, assim, re-significadas. A tradição surge então não como algo apenas situado estaticamente no passado, mas como conjunto de símbolos disputados por diversos grupos na construção de uma noção de identidade hegemônica. A tradição também estaria intrinsecamente ligada ao conceito de modernidade. Esta última é entendida como anseio de um grupo por um futuro cuja busca se dá a partir da tradição. O presente se torna assim transitório, o futuro cada vez mais distante e o passado desejado como recuperação da estabilidade perdida em tal busca. Desta forma, segundo o autor, embora tendam a ser classificadas dicotomicamente em escalas valorativas ligadas às idéias de “bem” e “mal”, modernidade e tradição interagem constantemente, a modernidade atuando com base nas tradições que a determinam, e, por outro lado, a tradição sendo continuamente alterada sob os impactos da modernidade, constantemente modificada em função dos diferentes grupos que a disputam.

A perspectiva adotada por Ricardo Luiz de Souza nos permite então perceber em que medida espaço de experiências e horizonte de expectativas, categorias que tomo de empréstimo de Reinhart Koselleck (2006), se articulam nas interpretações do Brasil. Nas tentativas de definição de uma identidade

nacional, a relação entre tradição e modernidade adquire formatos diversos, em consonância com cada ideal de futuro discursivamente construído.

O primeiro autor a ser assim compreendido é Sílvio Romero. Ele constata o atraso brasileiro em relação às nações européias e busca suas causas numa identidade nacional, naturalmente, socialmente e racialmente determinada. Romero inaugura uma análise identitária que passa pela miscigenação e inclui o negro como fator explicativo central. As condições socioeconômicas mostraram-se-iam insuficientes para explicar o que ele considera uma aversão do brasileiro ao capitalismo. O problema, para Romero, é como modernizar um país possuidor de uma população mestiça e, portanto, segundo ele, racialmente inferior. A conclusão a que chega é que as elites deveriam conduzir esta população mestiça num processo de “branqueamento”. Por outro lado, é na cultura popular, produzida por esta população mestiça, que residem as verdadeiras características de uma identidade nacional, tradição com base na qual as elites construiriam uma nação moderna. Um crescente pessimismo e “provincianismo” de sua parte (termo este não tomado num sentido pejorativo, mas relativo ao seu orgulho regional) permeariam estas idéias e, além disso, para Souza, elas corresponderiam a um reordenamento social, em que suas teorias raciais justificariam uma “nova desigualdade a ser implementada” (p. 69).

A identidade nacional é, por sua vez, encontrada por Euclides da Cunha numa dicotomia que seu olhar, tanto de engenheiro como de literato, descobre no Brasil a partir da observação de Canudos: a dicotomia que existe entre litoral e sertão, entre civilização e barbárie (ou, mais tarde, entre civilização e atraso). Se, a princípio, em *Os sertões*, o sertanejo é um bárbaro, posteriormente Cunha constatará que seu isolamento em relação à civilização proporcionou, na verdade, a conservação da identidade nacional em seu estado embrionário. Este sertanejo se torna, também, um exemplo de como a raça superior portuguesa conseguiria suplantar o meio adverso e prevalecer numa combinação gênica na qual preponderaria. O desafio seria conciliar a premente modernidade à Nação. A modernização do país seria produzida, portanto, tomando como base a identidade nacional descoberta nos caracteres do sertanejo. Contudo, o alheamento das elites estaria produzindo o massacre destes indivíduos portadores da “fórmula da nacionalidade”.

242

Também na obra de Câmara Cascudo se faz presente a dicotomia entre sertão e cidade, ou entre província e centro urbano: os primeiros termos da dualidade são os lugares da tradição e, os últimos, os da modernidade. Contudo, Cascudo não pretende conciliá-los, mas preservar a cultura popular, a partir da qual se poderia entrever a identidade nacional. O estudo do folclore serviria, então, como ferramenta para tal empreitada. Pretende ele “resgatar elementos milenares no que é contemporâneo, demonstrando a universalidade de crenças e costumes que se escondem sob o manto do regional” (p. 147). A miscigenação seria também fator preponderante para a compreensão dessa cultura popular, na qual o elemento português ocuparia, mais uma vez, posição privilegiada.

Na análise que faz da obra de Gilberto Freyre, Ricardo Luiz de Souza toma

a acertada decisão de incluir sua produção pós-1960, pois é nela que a identidade nacional, densamente pesquisada em *Casa-Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos* entre outras obras escritas, sobretudo, na década de 1930, encontrará o caminho para o mundo “além do apenas moderno”. Tal caminho será iluminado pelo conceito de lusotropicalidade. Souza destaca que o otimismo freyreano em relação ao futuro assenta-se na apologia que faz da mestiçagem, pois ela, que define a identidade nacional brasileira, possibilitaria uma vantagem num mundo pós-moderno. Da automação decorreria um tempo livre para o qual a vivência hispânica do tempo estaria mais preparada. Ao contrário dos outros autores, em Freyre a modernidade é superada, pois se trata de um momento histórico no qual uma série de valores urbanos entraria em conflito com um sistema rural no qual os contrários se equilibrariam.

Ao retratar as significações e re-significações que os conceitos de “identidade nacional”, “modernidade” e “tradição” sofreram nas obras selecionadas, cuja relevância da análise é por sinal muito bem fundamentada, Souza encara, deste modo, a produção discursiva de maneira muito acertada. Não há, conforme se depreende desta leitura, um discurso unitário, absolutamente hegemônico, sobre o que viria a ser a identidade do brasileiro. O que se verifica, em contraposição, é uma constante disputa por definições, cada uma delas compondo de maneira específica e em variados graus de sucesso um “estoque” disponível para as mais variadas interiorizações individuais. Desta forma, embora constantemente se afirme que o poder público impôs uma unificação cultural por intermédio de uma definição específica do que fosse a identidade nacional, podemos perceber que esta realidade discursiva é muito mais complexa e não deve ser encarada como um único discurso vencedor.

Por fim, o que aqui expus sucintamente pretende-se uma apresentação de um trabalho sem dúvida mais rico do que esta resenha pode abranger. Não obstante, em alguns momentos, pode ser sentido um sub-aproveitamento dos fatores propriamente lingüísticos frente aos extra-lingüísticos (não é discutido, por exemplo, de que modo as “ideias” dos autores atuam no mundo social enquanto textos, ou melhor, enquanto “atos de fala”),¹ Ricardo Luiz de Souza tem o mérito de tratar de uma considerável amplitude de fatores relacionados aos conceitos que coloca em relevo. Seu estilo, marcado por uma análise que privilegia um grande número de aspectos, colocados em relativamente curtos e abundantes parágrafos, possibilita tal feito, além de tornar o texto mais interessante pela ampla erudição que demonstra, e não por uma prolixidade que rejeita.

¹ Cf. o verbete “Ato de fala” escrito por Catherine Kebrat-Orecchioni, traduzido por Maria do Rosário Gregolin (Charaudeau; Manguenau, 2006). Conferir também o debate travado por John Pocock (2003) com a “Escola de Cambridge”.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.
- PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais, movimentos republicanos?" In SILVA, Fernando Teixeira da et al. (Org.). **República, liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ROCHA, João César de Castro. "Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a escola paulista". In FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. [orgs.]. **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.
- SOUZA, Jessé. **A Modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Unb, 2000.
- VIANNA, Hermano. "A meta mitológica da democracia racial". In FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. (Orgs.). **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.